



**ACÓRDÃO Nº182/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11731/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – CEMA.
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** José Arnaldo Lima Grijó (Ordenador de Despesa), José Duarte dos Santos Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Viviane da Silva Gesta – OAB/AM 11827 e Katiuscia Raika da Câmara Elias - OAB/AM 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 11/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Estado do Amazonas -CEMA, exercício de 2015, no período compreendido entre 01/01/2015 a 09/09/2015, de responsabilidade do **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, ordenador de despesas, nos termos do art. 22, III, "b" da Lei Orgânica nº 2423/1996.

**10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Estado do Amazonas - CEMA, exercício de 2015, no período compreendido entre 10/09/2015 a 31/12/2015, de responsabilidade do **Sr. José Arnaldo Lima Grijó**, ordenador de despesas, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996.

**10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, no valor de **R\$**



**ACÓRDÃO Nº182/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**15.000,00** (quinze mil reais), com fundamento no art. 54, VI da Lei Orgânica nº 2423/1996, combinado com o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão das impropriedades não sanadas constantes nos itens 25.4, 25.6, 25.7, 25.9, 25.10, 32.3, 32.4, e 32.7, pela fundamentação constante no Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Determinar** à atual gestão da Central de Medicamentos do Amazonas - CEMA:

**10.4.1.** Que exerça controle mais efetivo acerca das entregas e validades dos produtos e medicamentos, criando métodos internos de controle mais efetivo e com auditorias internas periódicas (ordinárias e extraordinárias), além de uma verificação de estoques junto a cada unidade de saúde contemplada;

**10.4.2.** Que observe com rigor a insuficiência de Câmaras Frias para armazenagem dos medicamentos termolábeis, uma vez que em inspeção *in loco* evidenciou-se que as existentes estão abarrotadas de medicamentos, o que coloca em risco a conservação dos mesmos;

**10.4.3.** Que observem a falta de controle de endereçamentos dos medicamentos termolábeis no almoxarifado dessa CEMA, uma vez que em inspeção *in loco* evidenciou-se que alguns registros de endereçamento constantes no sistema



**ACÓRDÃO Nº182/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

informatizado não correspondem com a localização física;

**10.4.4.** Que observem a deficiência no abastecimento junto à rede de saúde hospitalar que ocasiona a insuficiência de medicamentos que geram aquisições em forma de fragmentação de despesa nas Unidades Hospitalares do Estado;

**10.4.5.** Observe a devida legislação orçamentária, no sentido de manter o equilíbrio patrimonial da unidade gestora;

**10.4.6.** Junte às prestações de contas o Parecer do controle interno do exercício;

**10.4.7.** Utilize das Indenizações somente quando de fato necessário, devendo os pagamentos seguirem os termos legais, e a existência de contratos e licitações correspondentes;

**10.4.8.** No que tange aos restos a pagar, obedeça aos termos do art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal).

**10.5. Determinar** às próximas Comissões de inspeção que verifiquem se a CEMA se os documentos correspondentes aos contratos, convênios, licitações dispensas e inexigibilidade de licitação encontram-se na sede do órgão.

**10.6. Dar ciência** do Acórdão ao **Sr. José Arnaldo Lima Grijó** e ao **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, bem como à suas Advogadas, para que possam dar cumprimento ou apresentar o recurso cabível, caso queiram.

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº182/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral